

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

Relatório da Administração 2016. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., S.A. de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/11 da ANEEL, ocorrido em 16/12/11. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, concluída em 2015. Também em 2015 foi concluída a implantação do reforço autorizado pela ANEEL em 2013 (ReA 4289/13). A sociedade entrou em 2016 totalmente operacional. Com a conexão da Distribuidora CELG-D às subestações Luziânia e Niquelândia, ao longo deste ano, a fase de implantação foi oficialmente encerrada, tendo o ONS emitido os Termos de Liberação Definitivos para ambos projetos (Leilão 06/11 e ReA 4289/13). Também foram finalizados todos os contratos com fornecedores relativos a esses projetos de implantação. Em 2016 foi quitada a dívida de curto prazo contraída junto ao Bank of China S/A com recursos parcialmente decorrentes da operação, completados com aporte dos acionistas. RJ, 30/1/17. **Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira** - Diretor Presidente e Administr. - Financeiro; **Murilo Magalhães Nogueira** - Diretor Téc..

Balanco Patrimonial em 31/12/16 (Em MR\$)			
	Notas	31/12/16	31/12/15
Ativo		87.091	84.402
Circulante		17.541	22.980
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.793	8.727
Contas a receber	5	1.327	1.163
Impostos a recuperar	6	871	327
Despesas antecipadas		70	-
Ativo Financeiro Indenizável	7	11.450	12.751
Adiantamentos		30	12
Não Circulante		69.550	61.422
Ativo Financeiro Indenizável	7	69.536	61.403
Imobilizado líquido		14	19
Passivo e Patrimônio Líquido		87.091	84.402
Circulante		6.377	20.473
Fornecedores		18	1.720
Retenção Contratual		-	804
Empréstimos	8	3.444	17.239
Salários e encargos		38	149
Dividendos a pagar	10	2.339	-
Impostos e contribuições sociais		356	379
Encargos setoriais		182	182
Não Circulante		34.202	32.926
Empréstimos	8	33.067	32.140
IR e contribuição social diferidos	9	1.135	786
Patrimônio Líquido		46.512	31.003
Capital social	10	33.305	25.305
Reserva Legal		845	353
Reserva de retenção de lucros		7.017	-
Reserva de lucros a realizar		5.345	5.345

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31/12/16 e 2015 (Em MR\$). 1. Contexto operacional. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A, (Cia.), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/09/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11 andar - SI 1101 Parte, Centro/RJ. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.1. Da concessão. A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela ANEEL em 16/12/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 230/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. Instalações de Transmissão compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 kV - (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/15. Através da Res. Autorizativa 4.289, em vigor a partir de 28.08.13, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma 2ª transformação 500/138 kV - 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/15. 1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes. A Cia., por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no REIDI (instituído pela Lei 11.488/07) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da PIS/PASEP e COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 9/07/13 e 30/07/14. 1.3. Autorização das Demonstrações Intermediárias pela diretoria. As Demonstrações financeiras da Cia. apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 30/01/17. 2. Resumo das principais práticas contábeis. As Demonstrações financeiras da Cia., referentes ao exercício findo em 31/12/16 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas de forma condizente com as normas específicas emanada pela ANEEL. As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Cia. para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras. As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/15.

2.1. Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31/12/15 estão representados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes do seguinte assunto: Em 2015 os valores da amortização do Ativo financeiro foram apurados diferentemente do que é requerido pela Interpretação Técnica - ICPC 1 (R1) - Contratos de concessão. A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reclassificações sobre os saldos em 31/12/15:

Balancos Patrimoniais	31/12/15		31/12/15	
	Divulgado	Débito Crédito	Reap.	
Ativo	93.180	15.664 (24.442)	84.402	
Circulante	10.229	12.751 -	22.980	
Caixa e equivalentes de caixa	8.727	-	8.727	
Contas a receber	1.163	-	1.163	
Impostos a recuperar	327	-	327	
Despesas antecipadas	12	-	12	
Ativo Financeiro Indenizável	-	12.751	12.751	
Não Circulante	82.952	2.912 (24.442)	61.422	
Ativo Financeiro Indenizável	82.932	2.913 (24.442)	61.403	
Imobilizado líquido	19	-	19	
Passivo e Patrimônio Líquido	93.180	(14.609)	5.831	84.402
Circulante	20.473	-	20.473	
Fornecedores	1.720	-	1.720	
Retenção Contratual	804	-	804	
Empréstimos	17.239	-	17.239	
Salários e encargos	149	-	149	
Impostos e contribuições sociais	379	-	379	
Encargos setoriais	182	-	182	
Não Circulante	32.777	-	149	32.926
Empréstimos	32.140	-	32.140	
IR e contribuição social diferidos	637	-	149	786
Patrimônio Líquido	39.930	(14.609)	5.682	31.003
Capital social	25.305	-	25.305	
Reserva Legal	731	(378)	-	353
Reserva de retenção de lucros	4.865	(4.865)	-	-
Reserva de lucros a realizar	9.029	(9.029)	5.345	5.345
Lucros/prejuízos do período	-	(337)	337	-

Demonstrações do Resultado Reapresentado	31/12/15		31/12/15	
	Divulgado	Débito Crédito	Reap.	
Receita de Operações c/ Energia Elétrica	8.983	(1.024)	-	7.959
PIS	(48)	-	-	(48)
Cofins	(241)	-	-	(241)
Amortização do ativo financeiro	-	(7.670)	-	(7.670)
Receita de Construção	21.617	(17)	-	21.600
Rendimentos sobre ativo de concessão	9.263	-	2.912	12.175
Receita de O&M	-	-	1.024	1.024
Receita Operacional Líquida	39.574	(8.711)	3.936	34.799
Custo de Construção	(21.617)	-	17	(21.600)
Amortização do ativo financeiro	(2.347)	-	2.347	-
Encargos do consumidor	(336)	-	(336)	-
Operação e manutenção O&M	(687)	-	(687)	-
Outros gastos operacionais	(3)	-	1	(2)
Lucro Bruto	14.585	(6.364)	3.953	12.174
Despesas Operacionais	(1.612)	-	-	(1.612)
Lucro antes do Resultado Financeiro	12.973	(6.364)	3.953	10.562
Resultado Financeiro	(2.977)	-	-	(2.977)
Lucro antes do IR e da CS	9.996	(6.364)	3.953	7.585
IR Corrente	(142)	-	-	(142)
Contribuição social Corrente	(89)	-	-	(89)
IR diferido	(161)	(14)	-	(175)
Contribuição social diferida	(100)	(8)	-	(108)
Total	(492)	(22)	-	(514)
Lucro Líquido do Exercício	9.504	(6.386)	3.953	7.071

2.2. Apuração do resultado. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. 2.3. Receita operacional. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. Receita de concessão. a) Receita de construção. A Interpretação Técnica ICPC 1 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 1 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31/12/16 e 2015 (Em MR\$)			
	Nota	31/12/16	31/12/15
Receita Operacional Líquida	11	21.608	34.799
Custo de Construção	12	(2.726)	(21.600)
Encargos do consumidor		(403)	(336)
Operação e manutenção O&M		(1.621)	(687)
Outros gastos operacionais		-	(2)
Lucro Bruto		16.858	12.174
Despesas Operacionais		(1.098)	(1.612)
Pessoal		(391)	(863)
Materiais		(6)	(5)
Serviços de terceiros		(366)	(665)
Tributos		(14)	(3)
Arrendamentos e aluguéis		(93)	(67)
Despesas administrativas		(65)	-
Depreciação		(6)	(9)
Outros		(157)	-
Lucro antes das Receitas e Desp. Financeiras		15.760	10.562
Receitas Financeiras: Aplicações financeiras		732	534
Outras receitas financeiras		(10)	69
Despesas Financeiras		(4.915)	(2.977)
Juros e multas		(11)	(447)
Juros sobre empréstimos		(5.602)	(3.097)
Outras despesas financeiras		(24)	(36)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social		10.845	7.585
IR Corrente		(431)	(142)
Contribuição social Corrente		(216)	(89)
IR diferido		(220)	(175)
Contribuição social diferida		(130)	(108)
Total		(997)	(514)
Lucro Líquido do Exercício		9.848	7.071
Quantidade		33.305.000	25.305.000
Lucro líquido básico e diluído por ação		0,2957	0,2794

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em MR\$)				
	Capital social	Le-gal	Reten-ção de Lucros acum.	Total
Saldos em 31/12/14- Reap.	23.590	-	-	(1.373)
Integralização de capital com emissão de 1.715.000 ações	1.715	-	-	1.715
Lucro do exercício	-	-	-	7.071
Constituição da reserva legal	-	353	-	(353)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	5.345	(5.345)
Saldos em 31/12/15 - Reap.	25.305	353	5.345	-
Integralização de capital com emissão de 8.000.000 ações	8.000	-	-	8.000
Lucro do exercício	-	-	-	9.848
Reserva legal	-	492	-	(492)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.339)
Constituição p/ retenção de lucros	-	-	-	7.017
Saldos em 31/12/16	33.305	845	5.345	7.017
				(46.512)

- fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Cia. contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Cia. é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Cia. terceirizou a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. b) Receita financeira de concessão. Corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). 2.4. Instrumentos financeiros. São reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável, e contas a receber. b) Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores, empréstimos e demais contas a pagar. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecido pelo seu custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Cia., cujos valores são reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros. Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e a) a Cia. não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. d) Ativos e passivos financeiros derivativos. A Cia. não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Contas a receber. Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. O faturamento apurado com base no CCT, associada à distribuidora CELG Distribuição S/A, foi celebrado em 20/02/14, com vigência a partir da data da disponibilização para entrada em operação das referidas instalações (19/07/14), até a extinção da concessão de uma das partes, cuja responsabilidade pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no sistema interligado nacional, é a ONS (vide nota 7). 2.6.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PEECD. É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A PEECD será constituída com base em análise dos riscos de realização e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração da Cia. para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.7. Ativo financeiro indenizável. Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 1 (R1). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Cia. entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável exceda o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Cia. efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando um valor superior àquele registrado contabilmente. A Cia. reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Cia. O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA. Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva. 2.7.1. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração da Cia. revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31/12/16 e 2015 (Em MR\$)			
	31/12/16	31/12/15	Reap.
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.660	4.059	Nota 2.1
Lucro antes do IR e da contribuição social	10.845	7.585	
Itens que ajustam o result. por não ter movto de caixa			
Rendimentos sobre ativo de concessão	(16.858)	(12.175)	
Depreciação	6	9	
Amortização do ativo financeiro	12.751	7.670	
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Adiantamentos	(18)	28	
Impostos a recuperar	(544)	(164)	
Contas a receber	(164)	(487)	
Despesas pagas antecipadamente	(70)	-	
Fornecedores	(1.702)	1.362	
Obrigações fiscais	(669)	(143)	
Encargos setoriais	-	184	

Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

	31/12/16	31/12/15 Reap.
IR retido na fonte	289	97
IR	95	46
Contribuição social sobre o lucro líquido	103	37
Pis	68	26
Cofins	316	121
Impostos retidos sobre faturamentos	582	230
Total	871	327

a) Referente ao imposto retido sobre os resgates de aplicações financeiras; b) Referente aos impostos retidos na fonte sobre os faturamentos. Esses valores serão compensados nas próximas apurações. 7. Contas a receber - Ativo financeiro indenizável. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 1 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. O saldo em 31/12/16 e 2015 está composto como abaixo:

Ativo Financeiro	31/12/16	31/12/15 Reap
Serviços de construção	105.580	83.649
Amortização	(24.594)	(9.495)
Total líquido	80.986	74.154
Segregação entre Curto e LP	31/12/16	31/12/15
Circulante	11.450	12.751
Não circulante	69.536	61.403
Total	80.986	74.154

8. Empréstimos. Empréstimo Caixa Econômica Federal. Em 30/12/13, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$32.590, conforme aprovado em 10/09/13. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura – no valor de R\$17.090, destinado a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida e possui período de carência de amortização do principal até o mês/12/16. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos – no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, apurados sobre o saldo devedor, e seu período de carência se estendeu até o mês/12/14. Como garantia do financiamento, a Cia. assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 31/12/16, o valor de R\$ 36.511 (R\$ 33.819, em 31/12/15), representa o saldo do empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, totalmente liberado. Empréstimo Banco da China. Em 06/10/15, a empresa celebrou o contrato de financiamento com o Banco da China no valor de R\$ 15.000, conforme aprovado na ARCA, em 20/02/15. Os recursos destinados a este investimento destinaram-se à implantação de reforços na Subestação Luiziânia, compreendendo o pagamento de materiais, equipamentos e serviços relacionados ao empreendimento. O crédito desta operação foi subordinado ao crédito do Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal e suas intervenientes Furnas Centrais Elétricas S/A e State Grid Brazil Holding S/A, e foi autorizado pela Caixa Econômica Federal em 26/06/15. A taxa de juros foi pós-fixada em 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S/A, acrescidos de juros fixos de 2,5% ao ano. Em 28/09/16 a Cia. liquidou o contrato de empréstimo com o Banco da China. O saldo consolidado dos empréstimos está demonstrado no quadro a seguir:

Mutação dos Empréstimos	Juros		de 31/12 2015	Amortiz. priados de Juros Principal	Amortiz. de 31/12 2016
	Apro-	Amortiz.			
CEF Subcrédito Infraestrutura	20.385	4.109	-	-	24.494
CEF Subcrédito Equipamentos Banco da China	13.434	1.990	(995)	(2.412)	12.017
	15.560	-	-	(15.560)	-
	49.379	6.099	(995)	(17.972)	36.511
Segregação Entre Curto e LP	Curto Prazo	LP	Total		
CEF Subcrédito Infraestrutura	1.441	23.053	24.494		
CEF Subcrédito Equipamentos	2.003	10.014	12.017		
Total	3.444	33.067	36.511		

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Cia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo: a) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato

Relatório do Auditor Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Luiziânia – Niquelândia Transmissora S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/16 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiziânia – Niquelândia Transmissora S.A. em 31/12/16, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos.** Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/16, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria do exercício anterior. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/15, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26/02/16, que não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluímos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e para o órgão regulador. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 31/01/17. Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes S/S - CRC-SP-5.528/O-S-RJ; Antonio Carlos de Oliveira Pires - Contador-CRC-RJ-065.305/O-0-RJ.

de Cessão fiduciária; b) Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, bem como não vender ou alienar os bens financiados sem autorização expressa da Caixa Econômica Federal; c) Sem prévia autorização da Caixa, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício anterior; d) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressaltados os AFAC's durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu Capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da Caixa; e) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas Demonstrações Financeiras anuais da Beneficiária; f) Manter, permanentemente, o capital social subscrito e integralizado na proporção mínima de 20% do total dos investimentos realizados no Projeto; g) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas; h) Manter o ICSD em uma relação mínima de 1,20, na fase de amortização, calculado conforme metodologia constante no contrato. Conforme metodologia definida no contrato de empréstimo o ICSD foi apurado pela relação entre EBITDA (-) IR (-) Contribuição Social (+/-) Variação de Capital de Giro e as Disponibilidades (+) amortização do principal (+) Pagamento de juros. O ICSD apurado em 2016 foi de 1,52 (ICSD de 9,96 em 2015 representado). A redução ocorreu devido à liquidação do empréstimo do Banco da China. De acordo com o fluxo de caixa, a Cia. não terá dificuldade na manutenção do índice dentro do limite estipulado no contrato até o fim do contrato de empréstimo. 9. IR e contribuição social diferidos. O IR diferido foi apurado sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, com base na presunção de 8%, aplicada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social diferida foi computada com base na presunção de 12%, aplicada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidas pelo regime de competência, com base no Lucro Presumido.

Descrição	31/12/16	31/12/15 Reap
IR Diferido	729	508
CSSLL Diferida	406	278
	1.135	786

10. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 29/12/11, com base na Ata de Assembleia de Constituição foi constituída a empresa com a integralização do capital social no valor de R\$1 com a emissão de 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo o capital integralizado pela State Grid Brazil Holding S/A no valor de R\$0,51 correspondentes a 510 ações, e por Furnas Centrais Elétricas S/A no valor de R\$0,49 correspondentes a 490 ações. No exercício de 2012 foram integralizadas 1.900.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$1.901. No exercício de 2013 foram integralizadas 9.868.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$11.769. No exercício de 2014 foram integralizadas 11.821.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$23.590. Em 05/01/15, com base na ARCA em 1/10/14, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$1.715, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 1.715.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$23.590, para R\$25.305. Em 23/09 e 27/09/16, com base na ARCA em 12/08/16, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$8.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 8.000.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$25.305, para R\$33.305. Em 31/12/16, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.305, dividido em 33.305.000 ações ON subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S/A e Furnas Centrais Elétrica S/A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: State Grid Brazil Holding S/A: R\$ 16.986; Furnas Centrais Elétricas S/A: R\$ 16.319; R\$ 33.305. b) Reserva legal. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S/A. c) Reserva de retenção de lucro. Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Cia. mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista. d) Reserva de lucros a realizar. A administração da Cia., em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Cia. Em 31/12/15, a parcela de lucros não realizados financeiramente foi integralmente absorvida pelo lucro líquido do exercício, devido ao reconhecimento do rendimento sobre o ativo financeiro, no montante de R\$ 16.858 que, financeiramente, será realizado a LP. e) Dividendos. A administração da Cia. optou por destinar 25% do Lucro líquido após a constituição da reserva legal, para serem distribuídos no exercício de 2017. A Cia. irá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios de R\$2.339 sendo R\$ 0,0702 para cada ação. 11. Receita operacional líquida. Segue abaixo a conciliação da receita operacional para os exercícios de 2016 e 2015:

Receita Operacional Bruta	31/12/16	31/12/15 Reap
Receita de Construção	2.726	21.600
Remuneração dos ativos de concessão	16.858	12.175
Receita de Operação e Manutenção	2.024	1.024
TOTAL	21.608	34.799

12. Custos de construção. Referem-se aos custos incorridos para a construção e implantação das subestações de transmissão, como se segue:

Custo	31/12/16	31/12/15 Reap
Edificações e obras civis	(2.630)	(6.789)
Máquinas e equipamentos	(22)	(23.710)
Pessoal e encargos operacionais	-	(148)
Serviços de terceiros	(16)	(313)
Seguros	-	(195)
Tributos	-	690
Arrendamentos e alugueis	-	121
Adiantamentos a fornecedores	-	10.651
Compartilhamento de custos	-	(946)
Outros	(58)	(978)
	(2.726)	(21.617)

13. Partes relacionadas. Em 2016, a Cia. teve as seguintes atividades com partes relacionadas: 13.1. Remuneração de Administradores. Em 31/12/16 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 1.055. 13.2. Operações comerciais

Partes relacionadas	Parte relacionada	Natureza da operação	31/12 2016	31/12 2015
Ativo			29	1.616
Furnas Centrais Elétricas	Acionista	Contas a receber	16	16
Furnas Centrais Elétricas	Acionista	Compartilhamento de custos	-	24
Paranaíba Transmissora de Energia S/A	Empresa	Contas a receber	13	
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Ligada	Engenharia do proprietário	-	1
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Empresa	Comissionamento	-	545
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Ligada	Taxa de Conservação	-	29
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Empresa	Compartilhamento de custos	-	922
Expansion Transmissão de Energia Elétrica	Empresa	Comissionamento	-	80
Passivo			18	1.288
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Empresa	Engenharia do proprietário	18	360
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Ligada	Taxa de Conservação	-	5
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Empresa	Compartilhamento de custos	-	922
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	Ligada		203	89

Paranaíba Transmissora de Energia S/A Ligada
Furnas Centrais Elétricas Acionista
State Grid Brasil Holding S/A Acionista
State Grid Brasil Holding S/A Acionista
Furnas Centrais Elétricas Acionista
Furnas Centrais Elétricas Acionista
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica Ligada
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica Ligada
Expansion Transmissão de Energia Elétrica Ligada
14. Instrumentos financeiros. 14.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria. Em 31/12/16, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/16	31/12/15 Reap.	Total	Total
A valor justo por meio do	Rece-bíveis	resultado	Total	Total
Ativos financeiros	-	3.793	3.793	8.727
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.327	1.163
Contas a receber	1.327	-	1.327	1.163
Ativo financeiro indenizável	80.986	-	80.986	74.154
	82.313	3.793	86.106	84.044

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia. em 31/12/16 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/16	31/12/15 Reap.
Passivos financeiros	18	1.720
Fornecedores	-	804
Retenções contratuais	-	49.379
Empréstimos	36.511	149
Salários e encargos	38	379
Impostos e contribuições sociais	356	182
Encargos setoriais	182	786
Impostos diferidos	1.135	53.399
	38.240	53.399

14.2. Gestão de risco. As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: a) Riscos de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos ambientais. As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. 14.3. Avaliação dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Diretoria: Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira - Diretor Presidente
Murilo Magalhães Nogueira - Diretor Técnico
Ronaldo Borges Andrade - Contador - CRC/RJ 051927/O-8

Anvisa firma convênio com USP para projeto de rastreabilidade de medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) firmou hoje um convênio com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) para desenvolver um projeto-piloto de rastreabilidade de medicamentos. O modelo está sendo elaborado a partir da Lei 13.410 de 2016, sancionada nos últimos dias do ano passado.

A nova legislação subs-

tuiu a norma anterior de criação de um Sistema Nacional de Controle de Medicamentos que vigorava desde 2009.

– Apesar da excelente intenção da lei que era responder às denúncias sobre falsificação de medicamentos, como toda a lei feita sob uma certa emoção do momento ela se revelou não factível. Ela propunha implantar em três anos apenas um sistema que é complexo – disse o presidente

da Anvisa, Jarbas Barbosa, sobre por que não foi possível cumprir o estabelecido na lei anterior.

Barbosa disse que o novo sistema está, agora, na fase de regulamentação que tem prazo de quatro meses, prorrogáveis pelo mesmo período. Em seguida, deverá ser posto em prática, com auxílio do Hospital das Clínicas, vinculado a USP, o projeto-piloto de rastreabilidade. O convênio firmado hoje

prevê o investimento de R\$ 5 milhões para elaboração desse modelo, que terá ainda apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Os resultados obtidos na fase experimental serão avaliados por um período de até oito meses, para que, então, o sistema passe para a etapa de implementação, com prazo de até três anos. Barbosa destacou que a falta de exem-

plos internacionais faz com que a experiência brasileira seja pioneira em sua magnitude.

– Nós não temos um país do tamanho do Brasil que implantou – disse, ao lembrar que existem experiências semelhantes na Turquia e na Argentina.

O presidente da Anvisa disse que espera que, ao final desse novo processo, o Brasil consiga elaborar um modelo que atenda às diversas necessidades em

relação ao tema, abrangendo as assimetrias do país.

– Um sistema factível, simples, que atenda à complexidade do país e se volte para apresentar aqueles resultados que são esperados: combater as fraudes, falsificação e possibilitar o gerenciamento de toda a cadeia de produção, distribuição e dispensação de medicamentos no nosso país.